

V O AUGES DA ECONOMIA DE EXPORTAÇÃO, 1919-1928

5.1 Introdução

Em seu conjunto, a década dos vinte pode ser considerada como o auge da economia de exportação, apesar da crise do comércio exterior dos anos 1920-1923 e do início da Grande Depressão, em 1929. Os efeitos da terceira valorização do café, efetuada em 1922-1923, se fizeram sentir e a recuperação e manutenção de seus preços em níveis elevados tornaram as relações de troca novamente bastante favoráveis até 1928, permitindo a expansão das importações. Para isso contribuiu também o afluxo de capitais oficiais e particulares, a partir de 1926. De 1924 a 1928, o valor das exportações atingiu níveis nunca alcançados no período 1889-1939, exceto em 1919. Quanto às importações, em 1928 o seu valor atingiu o nível máximo do período 1889-1939.

Reagindo aos altos preços, o volume da produção das culturas de exportação duplicou entre 1920 e 1928, ao passo que o volume da produção das culturas para o mercado interno, cujos preços pouco subiram, cresceu apenas 13%.

A agricultura de exportação continuou como o fator dinâmico da economia. Assim, em média, no período 1920-1928, a taxa anual de crescimento do volume de produção das culturas de exportação (com

forte preponderância do café) foi de 9,0%, enquanto que a da produção agrícola como um todo foi de 4,5% e a da produção industrial, de apenas 3,9%.

Em 1920, a população total do País atingiu 30,6 milhões de habitantes. Crescera, pois, 71% em relação à de 1900, ou seja, a uma taxa média anual de 2,7%. O Nordeste ainda era a região mais populosa, embora sua posição relativa tivesse baixado de 38,7%, em 1900, para 36,7%, em 1920. O Estado de São Paulo e a região Sul continuaram a aumentar sua participação relativa e, em conjunto, passaram de 23,4%, em 1900, para 26,5%, em 1920.¹

Na década de vinte como um todo, em consequência da prosperidade cafeeira, deu-se uma nova aceleração do fluxo imigratório, que atingiu 840 mil pessoas, ou seja, só inferior ao dos anos 1891-1900, quando ultrapassara 1,1 milhões. Só em 1926 entraram mais de 100 mil imigrantes.²

Foi durante os anos vinte que se iniciou a era rodoviária no Brasil. No final da década, a extensão total das rodovias brasileiras já era quase 4 vezes a da rede ferroviária, isto é, 121,8 mil km.³ O aumento da rede ferroviária em tráfego nesse período foi de 3,7 mil km, acusando, pois, forte queda em relação à década 1911-1920, quando atingira 6,2 mil km. Em 1930, a extensão total da rede ferroviária em tráfego era de 32,5 mil km.

Os anos vinte, no que se refere às políticas monetária, cambial e fiscal, caracterizaram-se por uma alternância de tendências inflacionárias e deflacionárias, que afetaram desfavoravelmente o crescimento da economia como um todo. Assim, entre 1920 e 1926, estima-se que o produto nacional bruto cresceu apenas 12%, enquanto que, entre 1926 e 1928, o crescimento estimado foi de 26%. Entretanto, como em vários anos houve melhoria das relações de troca, devida, principalmente, aos esquemas de valorização do café, a renda nacional real nesses anos cresceu mais rapidamente do que o produto real. Porém, nos anos 1924-1926, houve praticamente estagnação tanto do produto nacional bruto real como da renda real. Em resumo, no período 1920-1928, como um todo, as taxas médias anuais de crescimento do produto nacional bruto e da renda nacional foram, em termos reais, respectivamente de 4,7% e 6,3%.

Como foi a agricultura de exportação, principalmente o setor cafeeiro, que usufruiu altos preços, a melhoria da renda real deve ter se concentrado basicamente nesse setor.

1 Vide Apêndice B - "Aspectos Demográficos".

2 *Ibid.*

3 *Anuário Estatístico do Brasil, 1939/40, p. 275.*

5.2 Políticas Monetária e Fiscal

A depressão de 1920 nos países industriais, cujo reflexo no Brasil foi o declínio nos preços do café e a queda de suas exportações, o que levou à desvalorização da taxa cambial, alertou o Governo para a falta de flexibilidade do sistema bancário, o que estava causando dificuldades tanto para o financiamento das operações de café, como dos demais negócios. Argumentava-se que isso era devido à inexistência de um prestamista de última instância,⁴ o que obrigava muitos bancos a operar com pelo menos 50% das reservas em moeda corrente. Tentou-se, então, uma solução, criando-se a Carteira de Redesconto e Emissão do Banco do Brasil, que se esperava produzir os seguintes resultados: aumentar a elasticidade da oferta de moeda; reduzir as reservas bancárias, o que melhoraria a difícil situação monetária; e, baixar a taxa de juros, o que aceleraria a recuperação econômica.

A Carteira de Redescontos e Emissão podia redescantar letras de câmbio e notas promissórias endossadas por bancos com capital superior a 5 mil contos. Porém, não podia redescantar títulos comerciais especulativos. A taxa de juros era de 6% e o prazo de 4 meses. A princípio os títulos comerciais redescantados eram trocados por promissórias, que tinham curso legal. Subseqüentemente, foi estabelecido que a emissão de notas seria feita diretamente pelo Tesouro, embora impressas pelo Banco do Brasil. O limite de emissão inicial de 100 mil contos foi, posteriormente, aumentado para 400 mil contos.

Os objetivos da Carteira de Redesconto não foram atingidos. Os bancos comerciais pouco se beneficiaram com as novas facilidades, de vez que elas foram usadas basicamente em transações com o Governo Federal.

Em 1923, foi dado novamente ao Banco do Brasil o monopólio de emissão e foi extinta a Carteira de Redescontos e Emissão. A economia ainda não se recuperara completamente e se acreditava que a contenção monetária era um remédio para a recessão. A nova reorganização do Banco do Brasil, como as anteriores, estava diretamente ligada aos problemas da dívida pública e finanças do Governo Federal. O executivo foi autorizado pelo Congresso a consolidar a dívida federal através de opera-

4 No estudo da política monetária apresentado nesta seção utilizou-se a monografia do Prof. Carlos M. Peláez *The Economic Consequences etc.*, especialmente preparada para este projeto (pp. 75-82).

ções de crédito e da transferência para o Banco do Brasil de 10 milhões de libras esterlinas do fundo de garantia da moeda.

O monopólio de emissão foi transferido do Tesouro para o Banco por um período de 10 anos. As emissões do Banco deveriam ter um lastro-ouro (1/3) e de títulos comerciais (2/3). Toda vez que o fundo de reserva do Banco atingisse 100 mil contos, o Banco deveria iniciar o recolhimento das notas do Tesouro através da criação de um fundo formado por uma percentagem dos lucros do Banco e pelos dividendos das ações governamentais do próprio Banco. Esses recursos seriam usados para comprar ouro à taxa de 12 d. por mil réis. As notas do Banco tinham curso legal e seriam conversíveis em ouro se a taxa de 12 d. por mil réis se mantivesse durante três anos consecutivos.

As despesas do Governo Federal passaram a ser financiadas pelo Banco do Brasil. Em cada orçamento, o Governo Federal especificaria um crédito no Banco do Brasil de até 24% da receita orçamentária federal, o qual seria pago no decorrer do ano orçamentário.

O monopólio de emissão, à semelhança das demais reformas monetárias levadas a cabo no Brasil, teve curta duração. Em 1925, cessaram suas atividades emissoras. Isso foi resultado das doutrinas monetária e fiscal do novo Governo que se iniciou em 1926.

É útil lembrar que o período 1922-1925, além das dificuldades econômicas, como a crise do café, que levou à valorização de 1922-1923, redução na entrada de capitais e de imigrantes, o que afetou o crescimento da economia, foi também afligido por crises políticas em 1922 e 1924, que também tiveram impacto negativo sobre a economia.

Em dezembro de 1926, foi decretada nova reforma monetária. Pretendia-se um retorno ao padrão ouro, pelo qual a moeda em circulação seria conversível em ouro a 200 miligramas por mil réis. Para isso seriam utilizados o estoque de ouro disponível, saldos orçamentários, operações de crédito, etc. Foi criado um novo fundo de estabilização cambial — a Caixa de Estabilização, que mais tarde seria incorporada ao Banco do Brasil. Nela seria acumulado o estoque de ouro, o qual seria comprado com emissões de suas próprias notas. A arrecadação de parte dos impostos de importação em ouro foi mantida à nova paridade.

À semelhança da primeira caixa de estabilização (1906-1914), a taxa de câmbio dessa segunda foi estabelecida acima da taxa de mercado, com o objetivo de causar uma pequena depreciação e, em seguida, uma estabilização. Não havia *gold-points*, mas um nível máximo, ao qual tanto as compras quanto as vendas seriam feitas. Estabeleceu-se, assim, uma taxa de 40 mil réis por libra, o que causou forte reação negativa por parte do comércio, que a chamou de “taxa vil”.

A contenção monetária e a estabilização cambial, como se verá mais adiante, foram complementadas por uma política de equilíbrio orçamentário. Eram, pois, mais uma vez, os exemplos de outros países, com instituições e problemas diferentes, que serviam de modelo para o Brasil.

Como no caso da experiência anterior, a Caixa de Estabilização foi bem sucedida no seu objetivo de causar um impacto inicial através de pequena depreciação e subsequente estabilização. Foi grande o influxo de divisas atraído até à crise no setor cafeeiro em 1929 — 10 milhões de libras esterlinas para a Carteira Cambial do Banco do Brasil e 20 milhões para a Caixa.

Em 1929, com a política de procurar manter a estabilidade cambial durante a crise do café, o País terminou perdendo suas reservas de ouro e divisas com as saídas de capital.

Não obstante ter sido o equilíbrio orçamentário desde o início deste século o objetivo principal da política fiscal, raramente foi ele atingido. Como foi visto, só foram conseguidos saldos, antes da I Guerra Mundial, em 1902-1903 e 1905-1907. Observou-se, quase sempre, todavia, um esforço em compatibilizar receita e despesa, o qual é percebido através da comparação da execução orçamentária com o orçamento.

O período 1919-1922 se caracterizou por apresentar os maiores *deficits* orçamentários até então registrados. Não se nota, na verdade, uma tendência para à compressão dos mesmos, como em 1914-1918, mas, ao contrário, em 1921 e 1922, os aumentos foram muito grandes. A queda da receita em 1921 espelha a recessão interna, reflexo da internacional.

A execução orçamentária durante o período 1923-1926 reflete bem a meta do equilíbrio orçamentário, notando-se que, com a exceção de 1925, a despesa efetiva foi inferior à orçada. Como resultado os *deficits* foram fortemente reduzidos. Para isso, foram feitos cortes drásticos nas despesas de investimentos.

Nos anos 1927-1929, observa-se então, nitidamente, o sucesso da política de equilíbrio orçamentário, através de discrepância mínima entre as despesas efetivas e as despesas orçadas. Tendo as receitas efetivas sido superiores às orçadas, produziram-se saldos em 1928 e 1929, o que não se dava desde 1907. A evolução das finanças federais apresentada a seguir ilustra a política fiscal do período.

Durante todo o período de 1919-1929, o imposto de importação e o imposto de consumo constituíram a base da arrecadação federal; em média, correspondiam a 75% da receita tributária, i.e., o imposto de

importação correspondia a cerca de 50% e o de consumo a 25%. Em 1924, foi introduzido o imposto de renda, porém, sua arrecadação em 1929 correspondia a apenas 3,8% da receita tributária.

TABELA V.1
BRASIL – FINANÇAS FEDERAIS, 1919-1929
(Cr\$ 1.000 Correntes)

Ano	Orçamento			Execução Orçamentária		
	Receita	Despesa	Saldo ou Deficit	Receita	Despesa	Saldo ou Deficit
1919	716	673	43	626	932	- 306
1920	737	787	- 50	922	1.226	- 304
1921	1.025	1.041	- 15	891	1.286	- 395
1922	1.076	972	1.428	- 456
1923	1.244	1.733	- 489	1.258	1.405	- 147
1924	1.385	1.854	- 469	1.511	1.630	- 119
1925	1.385	1.424	- 39	1.734	1.756	- 22
1926	1.562	2.061	- 499	1.645	1.824	- 179
1927	1.798	1.905	- 107	1.999	2.008	- 9
1928	2.089	2.089	-	2.207	2.018	189
1929	2.210	2.144	66	2.395	2.225	170

FONTE: Centro de Estudos Fiscais, IBRE/FGV.

NOTA: ... dados não disponíveis.

No tocante às despesas públicas segundo categorias econômicas nota-se que nos anos 1919-1922 continuou a tendência iniciada em 1911 e que persistiu durante a guerra, i.e., de uma elevada participação das despesas na formação bruta de capital fixo, que foram, em média, naqueles quatro anos, acima de 25% da despesa total. Para isso as despesas de consumo foram comprimidas, e continuaram em alto nível, uma média de 23,6%, as despesas com o pagamento da dívida pública.

Já nos demais anos, i.e., de 1923 a 1929, observa-se uma violenta queda nas despesas em formação bruta de capital fixo, tanto em termos absolutos como relativos, pois chegaram, em média, a ser de apenas 5,3% do total. As despesas de consumo subiram para uma média de 60%, assim como os pagamentos da dívida pública, que se elevaram para uma média de 29%. Na verdade, a compressão de despesas nos anos em que a política de contenção monetária e fiscal foram seguidas fez-se à custa de redução de obras públicas.

A Tabela V.2 ilustra bem esta característica da política de despesa pública. Note-se que, apesar de entre 1919 e 1929 os preços terem subido cerca de 56%, a formação bruta de capital fixo pelo Governo Federal nesse último ano foi inferior à metade da de 1919. O último ano em que as despesas em formação bruta de capital fixo atingiram um nível absoluto inferior ao de 1923 foi o de 1905.

TABELA V.2
BRASIL – FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL
FIXO PELO GOVERNO FEDERAL, 1919-1929
(Cr\$ 1.000 Correntes)

Ano	Valor	% da Despesa Total
1919	240	25,6
1920	296	24,1
1921	330	25,7
1922	367	25,7
1923	52	3,7
1924	92	5,6
1925	125	7,1
1926	151	8,3
1927	75	3,7
1928	107	5,3
1929	106	4,8

FONTE: Centro de Estudos Fiscais, IBRE/FGV.

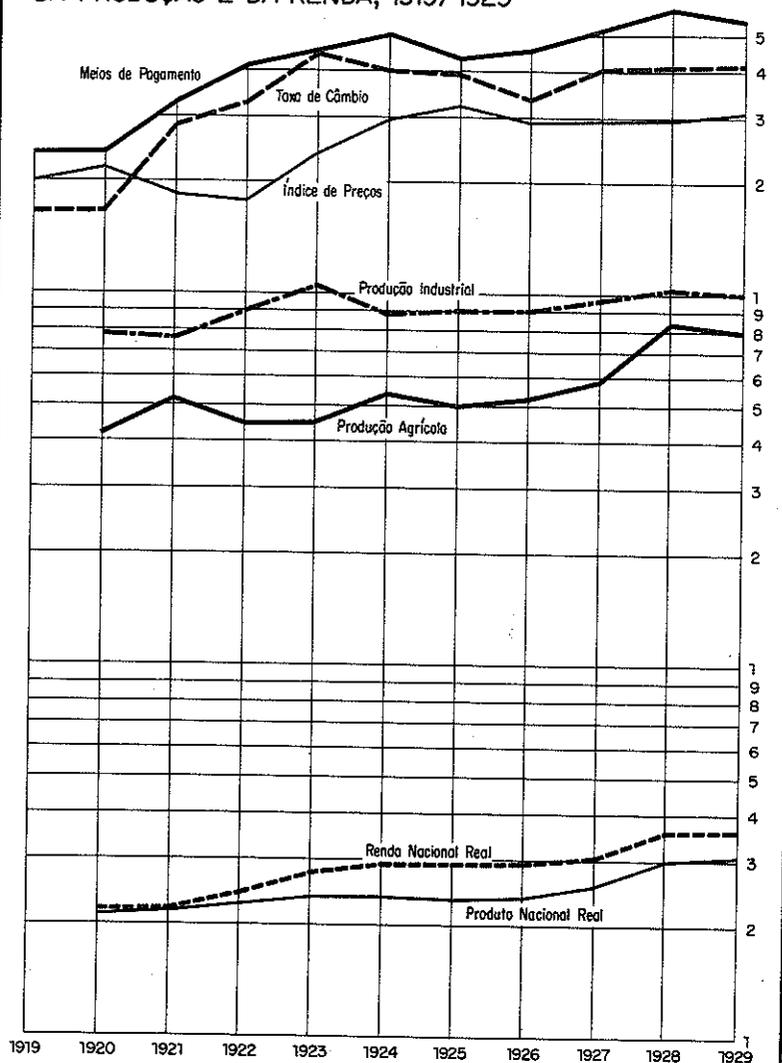
O Gráfico 5.1 e a última coluna da Tabela V.1 mostram as interligações das políticas monetária, cambial e fiscal e os seus resultados sobre a economia, entre 1919 e 1929.

Parece que a taxa de câmbio foi importante para o desenvolvimento industrial do período. Assim, somente após o abandono da política de estabilização cambial em 1920 é que a produção industrial voltou novamente a crescer. Porém, a valorização cambial resultante da política deflacionária do período 1923-1926 parece ter feito a produção industrial declinar em 1924 e ter estagnado até 1926. A partir de 1927, a taxa cambial desvalorizada pela Caixa de Estabilização, embora tivesse como objetivo proteger os cafeicultores e não a indústria, parece ter afetado favoravelmente a produção industrial.

GRÁFICO 5.1

BRASIL

INDICADORES DAS POLÍTICAS CAMBIAL E MONETÁRIA E DA PRODUÇÃO E DA RENDA, 1919/1929



Nos anos 1920 e 1921, o volume de meios de pagamentos cresceu rapidamente. Como nesses anos a economia brasileira sofria os efeitos da depressão que ocorreu nos países industriais, houve queda de preços. Pode-se mesmo afirmar, mais uma vez, que o impacto da depressão foi atenuado pelo abandono momentâneo das políticas de contenção. Os meios de pagamento aumentaram de 45%, o que coincidiu com o início das operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. Os *deficits* orçamentários que chegaram a quase metade da receita arrecadada, forçaram novas emissões.

Já a partir de 1923 foi, novamente adotada uma política de contenção monetária e equilíbrio orçamentário. No período 1923-1924, a expansão dos meios de pagamento foi bastante restringida e, em 1925-1926, houve redução, o que provocou uma baixa de preços em 1926. Os *deficits* orçamentários foram reduzidos, ocorrendo saldos em 1928-1929.

O período 1919-1929 caracterizou-se por uma alternância de tendências inflacionárias e deflacionárias nas políticas monetária, cambial e fiscal. Obviamente, isso aumentou o grau de incerteza quanto aos investimentos, prejudicando a expansão da economia.

O produto nacional bruto entre 1920 e 1926 cresceu apenas 12%. Entretanto, devido à melhoria das relações de troca, a renda nacional real nesses mesmos anos subiu 31%. Nos anos de 1927 e 1928, tanto o produto nacional bruto como a renda nacional real alcançaram as mais altas taxas de crescimento da década. Isso foi estimulado pela forte depreciação cambial de 1927 e subsequente estabilização.

5.3 Produção Agrícola

No início dos anos vinte a economia brasileira continuava predominantemente agrícola. O censo econômico de 1920, referente ao ano de 1919, mostra que nesse ano o valor líquido da produção agrícola representou cerca de 79% do produto físico⁵ total da economia.

⁵ Como tal entendido a soma do valor líquido da produção da agricultura e da indústria, apenas. Ver Estimativas do Produto Físico no Apêndice Metodológico A.

A produção agrícola, por sua vez, se baseava em culturas para exportação, principalmente o café, seguido do algodão, fumo e cacau, que em seu conjunto, em 1919, representaram aproximadamente 60% do valor da produção agrícola e ocuparam 50% do total da área cultivada.⁶

Analisando-se os índices de volume físico da produção agrícola, nota-se que esse período viria marcar o auge da agricultura de exportação, que se expandiu a uma taxa anual muito mais elevada — 9,0%, conforme mostram os dados da Tabela V.3, do que os demais setores da produção agrícola, que no total cresceu à taxa de 4,5% a.a., no período 1920-1928. A Tabela V.3 indica ainda que a expansão nas culturas de exportação, em especial o café, coincidiu com os estímulos de uma expansão nos preços em ritmo muito superior ao da observada nos preços da produção para o mercado interno. No caso do café, como se verá, em seguida, isso era fruto de uma política específica de defesa de seus preços no mercado internacional.

TABELA V.3
BRASIL — PRODUÇÃO AGRÍCOLA (TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO REAL E DOS PREÇOS), 1920-1928

	Preços (%)	Produção Real (%)
1 - Lavouras	5,6	5,2
1.1 - Culturas para o mercado interno	3,2	1,6
1.2 - Culturas para exportação	8,9	9,0
1.3 - Matérias-primas para uso industrial	-0,2	0,0
2 - Produção Animal	3,5	1,7
3 - Extração Vegetal	3,2	2,9
4 - Total	5,3	4,5

FONTE: Tabela VIII, Apêndice Estatístico.

As expectativas de uma safra de café muito grande em 1920-21 fizeram com que seus preços caíssem violentamente e levassem a uma nova valorização. O Estado de São Paulo utilizou uma parcela de seus lucros na valorização anterior para comprar parte dos estoques existentes em Santos. Em seguida contratou um empréstimo (2 milhões de libras,

6 Dados primários do Serviço de Estatística da Produção, Ministério da Agricultura.

10 milhões de dólares e 18 milhões de florins)⁷ para apoiar as instituições de crédito do Estado de São Paulo, das quais o setor cafeeiro dependia para continuar suas operações. Em março de 1921, o Governo Federal aderiu à terceira valorização.

Inicialmente, o Governo Federal financiou a intervenção, utilizando créditos do Banco do Brasil. Em fins de 1921, já havia adquirido 1,5 milhões de sacas. Em 1922, tomou um empréstimo de nove milhões de libras esterlinas para consolidar a dívida cafeeira externa e interna.

O Banco do Brasil teve um papel importante no financiamento dessa valorização, que se estendeu até fevereiro de 1924. Haviam sido retirados do mercado mais de 4,5 milhões de sacas, ou seja, pouco menos de um terço da safra de 1920-1921.

A terceira valorização do café contribuiu para a institucionalização do programa de valorização. De fato, houve até mudança de terminologia, passando-se a usar o termo “defesa permanente”. O Governo Federal propôs ao Congresso, em 1921, a criação de um Instituto para a Defesa Permanente do Café, alegando para isso a irregularidade das safras e a falta de crédito para armazenamento do produto a fim de vendê-lo a preços mais altos. Lei federal de junho de 1922 aprovou um programa de defesa permanente.

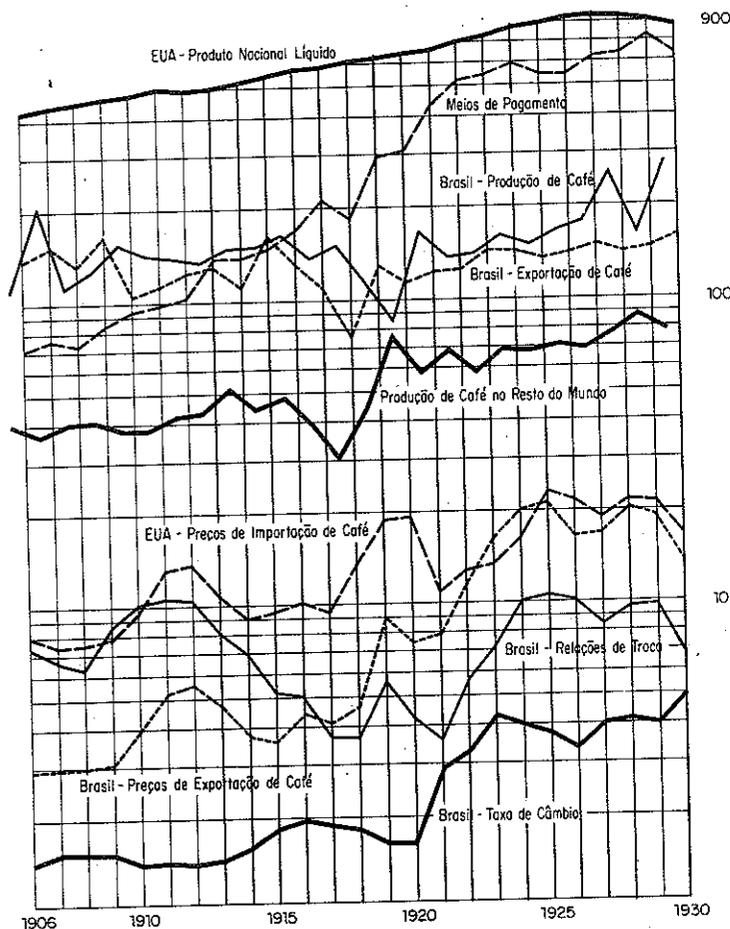
Não houve, entretanto, implementação da citada Lei. A idéia, porém, interessou ao Estado de São Paulo, que iniciou a defesa permanente com seus próprios recursos.

O Gráfico 5.2 mostra os fatos ligados à terceira valorização. O grande aumento de produção em 1920-1921 foi acompanhado por um maior declínio dos preços internacionais, parcialmente compensado por uma forte depreciação cambial. No início da valorização, a oferta monetária aumentou consideravelmente devido às políticas (monetária e fiscal) liberais adotadas no período. Já após 1923, foram as políticas de contenção monetária, e equilíbrio orçamentário, que estabilizaram a oferta monetária e a taxa cambial.

Em fins de 1924, foi criado o Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café, que pouco depois passou a denominar-se Instituto do Café de São Paulo. Seus recursos financeiros provinham de uma taxa de mil réis “ouro” sobre o café transportado no Estado de São Paulo e empréstimos externos garantidos por essa taxa.

7 No estudo dos problemas do café aqui apresentado, utilizou-se a monografia do Prof. Carlos M. Peláez *An Economic Analysis etc., op. cit.*, especialmente preparada para este projeto (pp. 96-109).

BRASIL FATORES DO MERCADO DE CAFÉ, 1906 / 1930



Fonte: Peláez, "An Economic Analysis etc.", op. cit. quadro M

O programa do Instituto consistia de cinco objetivos:

- 1) controle da entrada de café em Santos;
- 2) promoção de acordos com outros Estados produtores, especialmente a extensão ao resto do Brasil da taxa de transporte;
- 3) concessão de empréstimos a cafeicultores e comerciantes, garantidos por café estocado em armazéns reguladores;
- 4) compra de café em Santos ou em qualquer ponto do Brasil, sempre que as condições do mercado o requeressem;
- 5) organização de informações estatísticas e publicidade do café.

No início do programa, São Paulo possuía um estoque de 4.952 mil sacas, que em meados de 1925 foi reduzido de 1.786 mil sacas, mas que posteriormente cresceu, até atingir 3.312 mil sacas, em 1927. Foi essa uma das razões de São Paulo ter sido escolhido para administrar a defesa permanente. Durante a primeira fase da defesa, o montante de café nos armazéns permaneceu reduzido, pois a produção corrente era facilmente exportada durante o ano seguinte. Assim, não se dedicou muita atenção aos problemas de controle.

Em 1927-1928, o Instituto teve ocasião de intervir em virtude da enorme safra daquele ano – 27,7 milhões de sacas, isto é, um volume de quase 10 milhões de sacas em excesso sobre a maior das safras conhecidas. Sua ação concentrou-se em três objetivos: limitação, propaganda e financiamento. Quanto à limitação, foi feito um acordo com os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Bahia e Pernambuco a fim de controlar as entradas nos portos. Foi criada uma taxa de 0,2 mil réis por saca para a formação de um fundo de publicidade. No que diz respeito ao financiamento, a principal medida adotada foi o adiantamento de 60 mil réis por saca, feito pelo Banco do Estado de São Paulo aos cafeicultores.⁸

Sem dúvida alguma, o adiantamento de 60 mil réis por saca foi a medida mais importante. Adotou-se como critério o preço do café armazenado e não o custo de produção. Além do mais, o Instituto não levou em conta que os custos de produção diminuam substancialmente nas safras anormalmente grandes. Isso tudo fez com que a futura redução dos preços que resultaria da acumulação de estoques, fosse ignorada pelos cafeicultores paulistas, que, por causa da inundação de dinheiro causada

⁸ O Banco do Estado de São Paulo foi criado em 4 de novembro de 1926 com os recursos de um empréstimo de £ 10 milhões concedidos por Lazard Brothers (cf. Peláez, *An Economic etc.*, op. cit. p. 104).

pela política de sustentação de preços, tomavam os adiantamentos como um indicador dos preços que receberiam no futuro. Dessa maneira, os recursos provenientes dos adiantamentos foram utilizados em novas plantações. Daí, a posição dos banqueiros de São Paulo se tornar seriamente ameaçada pela possibilidade futura de falência do setor cafeeiro.

Outro aspecto importante da política de preços foi a proteção dada aos produtores ineficientes no Estado de São Paulo. Na Tabela V.4 são apresentadas estimativas do custo de produção de café em São Paulo, por zonas, de acordo com a idade do cafeeiro. Os cafeeiros da zona velha tinham mais de 35 anos e, os da zona intermediária, entre 20 e 35 anos. Nenhuma delas possuía cafeeiros com menos de 20 anos. A política de preços do Instituto foi adotada de acordo com essa divisão em zonas.

TABELA V.4
SÃO PAULO – CUSTO DE PRODUÇÃO DO CAFÉ E NÚMERO
DE CAFEIROS POR ZONAS, 1928
(Mil Réis e Milhões de Cafeeiros)

Zonas	Custo de Produção		Nº de Cafeeiros
	Por Arroba	Por Saca	
Velha	42,8	171,2	600
Intermediária	35,8	143,2	300
Nova	32,7	131,8	100

FONTE: João Carlos Muniz, "O Custo de Produção do Café em São Paulo", Retrospecto Comercial do Jornal do Comércio, 1928, pp. 316-322, citado por Peláez, *op. cit.*, p. 107.

NOTA: O custo inclui mão-de-obra, transporte, despesas de venda, despesas de administração, juros sobre o capital e depreciação.

Portanto, os adiantamentos foram de quase metade do custo de produção da zona nova e acima de um terço da zona velha e intermediária. A zona velha tinha baixíssima produtividade devido aos primitivos métodos de produção utilizados, mão-de-obra mais cara e pragas mais comuns.

A proteção desses produtores ineficientes durante mais de duas décadas afetou seriamente a vantagem comparativa do Brasil na produção de café. Como resultado da enorme soma de recursos provenientes da política de preços, 8 milhões de sacas de café de qualidade muito inferior foram exportadas pelo Brasil durante o ano de comercialização

1927-1928. As autoridades sanitárias dos Estados Unidos chegaram a ordenar que parte das importações de café brasileiro chegadas a Nova York fosse atirada ao mar.

Essas políticas de preços foram a causa da *debacle* do café depois de 1929. Os esforços anteriores de valorização tiveram sucesso devido ao fato de grandes safras terem sido seguidas por safras menores, pois a capacidade de produção dos cafeeiros era exaurida nas safras abundantes e passava-se algum tempo até os pés de café se recuperarem. A valorização de 1906, por exemplo, não teria tido sucesso se a safra de 1906-1907 tivesse se repetido dois ou três anos seguidos. Mas a confiança na colocação de produção ilimitada de café, inspirada pela defesa permanente, constituiu um fenômeno inteiramente diferente. Encorajou os agricultores a ampliar substancialmente a capacidade produtiva, pois o Estado resolveria sempre o problema. A safra de 1929-1930 atingiu a 28,9 milhões de sacas e durante a década dos trinta o Brasil produziu, em média, mais de 20 milhões de sacas. Esse aumento de produção durante a Grande Depressão foi o resultado do intenso plantio no fim da década dos vinte, estimulado por condições artificiais de mercado, criadas pelo Instituto de São Paulo. Pode-se, pois, afirmar que a defesa permanente causou a crise permanente do setor cafeeiro. Trata-se de um exemplo de como uma intervenção no mercado, visando à proteção da riqueza de uma classe social às custas das outras pode causar, no fim, sérios prejuízos à coletividade econômica.

O Gráfico 5.2 mostra o acentuado declínio dos preços do café em 1929-1930, que já havia começado em 1928. Tanto a oferta monetária como a taxa cambial foram estabilizadas. Mas em 1930 os meios de pagamentos declinaram e não foi mais possível manter fixa a taxa de câmbio. Na verdade, os meios de pagamento foram reduzidos em virtude da tentativa de manter a taxa cambial. Nota-se bem o que se mencionou acima como um elemento importante da crise do café – os grandes aumentos de produção, em 1927-1928 e, novamente, em 1928-1929. Mesmo na ausência da Grande Depressão a crise do café teria sido incontável.

5.4 Comércio Exterior

Com a segunda valorização do café em 1917, que resultou no aumento de seus preços em 1918, os quais foram fortemente acelerados

em 1919 tanto pela queda da produção (resultante da forte geada em 1918), como pelo surgimento da demanda reprimida durante a guerra, iniciou-se em 1918-1919 a recuperação do comércio exterior. A relação de trocas que já em 1918 deixara de declinar, em 1919 deu um salto, fazendo com que, apesar do natural aumento das importações reprimidas durante a guerra, houvesse um grande saldo na balança comercial. A taxa cambial, que vinha sendo valorizada desde 1917 com a introdução da fiscalização cambial,⁹ o foi mais ainda em 1919. Isso incentivou um grande aumento das importações em 1920, na sua maior parte constituídas por bens de capital, cuja importação fora reduzida a níveis insignificantes, e bens de consumo destinados ainda a satisfazer à demanda reprimida (Gráfico 5.3). Conjugado com uma nova queda no preço e volume das exportações do café resultante da depressão nos países industriais, esse aumento das importações levou ao *deficit* da balança comercial e grande desequilíbrio no balanço de pagamentos, causado pelas remessas de capitais.¹⁰

Até 1923 houve crise no comércio exterior. O preço do café declinou novamente até 1923, quando se fizeram sentir os efeitos da terceira valorização. Em consequência, a relação de trocas conservou-se em nível bastante inferior ao de antes da guerra, só não declinando mais por se terem mantido em nível alto, até 1923, as exportações não tradicionais, principalmente carne congelada, iniciadas durante a guerra. Houve ainda *deficit* na balança comercial em 1921, com desequilíbrio no balanço de pagamentos devido às remessas de capitais para o exterior,¹¹ o que levou à depreciação cambial. Novamente adotou-se a solução tradicional, isto é, tomaram-se novos empréstimos externos que, em 1921-1922, vieram a aumentar a dívida externa em mais de 15%.

Apesar da recuperação das relações de trocas após a terceira valorização do café em 1922-1923 e de se registrarem novamente saldos na balança comercial, a pressão dos encargos da dívida externa e demais remessas agravaram as dificuldades cambiais, especialmente nas entressafas de café, quando rareavam as letras de exportação. Tendo se tornado difícil o recurso ao crédito externo¹² o Governo foi levado a adotar medidas importantes para evitar a depreciação e oscilação da taxa cambial¹³ que, em resumo, foram as seguintes: a regularização das entradas no mercado das cambiais do café exportado; a constituição de um fundo de regularização no Banco do Brasil e o parcelamento das compras das cambiais para o pagamento da dívida externa.

9 Jornal do Comércio, *Retrospecto Comercial*, (1918), p. 65.

10 Jornal do Comércio, *Retrospecto Comercial*, (1920), pp. 23-25.

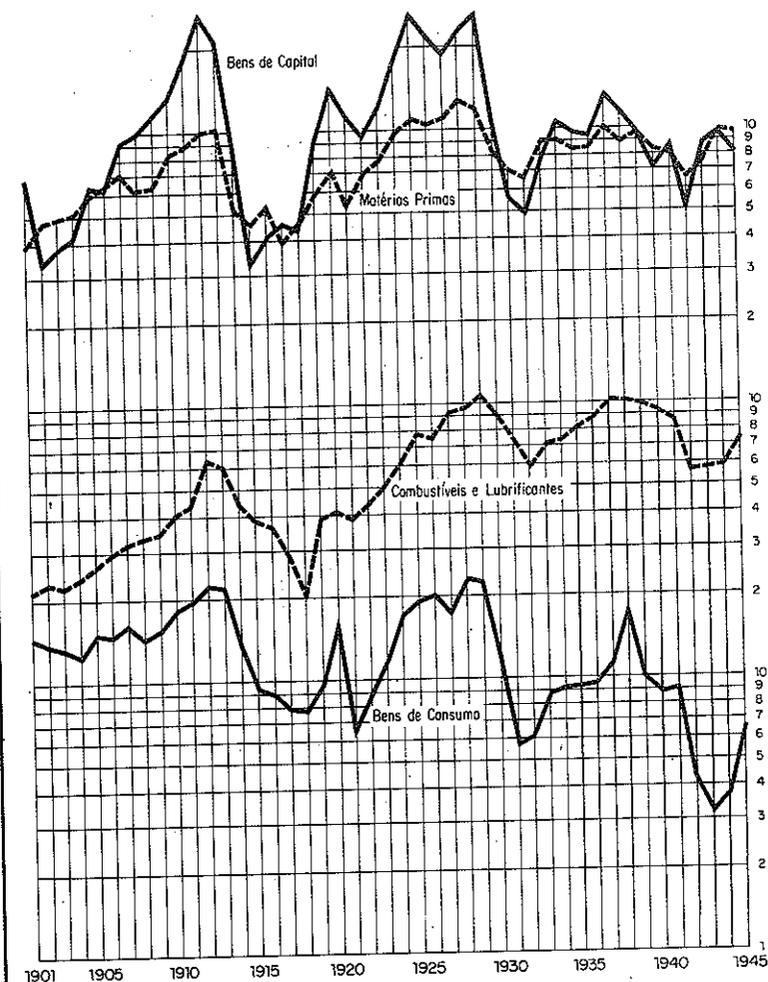
11 *Relatório do Banco do Brasil*, (1923), p. 5.

12 *Ibid.* p. 8

13 *Ibid.* pp. 15-18

GRÁFICO 5.3

BRASIL
IMPORTAÇÃO SEGUNDO OS TIPOS DE BENS, 1901/1945
ÍNDICES DE QUANTUM. (1939 = 100)



Fonte: Apêndice Estatístico, Tabela XXI

De 1923 até 1928 expandiu-se o comércio exterior (Gráfico 2.4C). A manutenção dos preços do café em níveis elevados, através do controle de sua oferta no mercado mundial, influiu fortemente na recuperação das relações de troca e, conseqüentemente, na capacidade de importar, o que, juntamente com o aumento nas entradas de capitais oficiais e particulares, permitiu à economia sustentar altos níveis de importação, principalmente de bens de capital e de consumo (Gráfico 5.3), além de possibilitar o pagamento do serviço da dívida externa em montantes nunca antes atingidos, chegando a se fazer remessa de cerca de 20 milhões de libras esterlinas num só ano, para esse fim. Houve regularização do mercado cambial em seguida à crise de 1920-1923, após as medidas adotadas nesse último ano, tendo havido valorização cambial de 1923 a 1926, a qual foi contida pelo Banco do Brasil, em defesa dos interesses da produção interna. A partir de 1927, como visto acima, com a criação da Caixa de Estabilização a taxa cambial foi estabilizada em 40\$000 em relação à libra esterlina, fortalecendo, assim, a posição dos exportadores de café e incentivando ainda mais o seu cultivo, ao mesmo tempo que oferecia uma proteção real às indústrias que processavam matérias-primas locais pelo encarecimento dos similares importados.

5.5 Produção Industrial

No início dos anos vinte a estrutura da produção industrial brasileira pouco tinha mudado, sendo ainda basicamente composta de indústrias de bens de consumo, conforme mostra a Tabela V.5.

No fim da década dos vinte, a estrutura da produção industrial não parece ter sido diferente da que foi observada em 1907 e 1919. Apesar de não existirem dados adequados sobre a composição da produção industrial é possível obter uma imagem da mesma através das estatísticas de importação devidamente agrupadas segundo os gêneros de indústria e tipos de bens, o que é feito nas Tabelas V.6 e V.7.

TABELA V.5
BRASIL – INDÚSTRIAS PREDOMINANTES E SUA PARTICIPAÇÃO
NO VALOR LÍQUIDO DA PRODUÇÃO (%), 1907 e 1919

	1907	1919
1 – Têxtil	24,6	29,6
2 – Vestuário e calçados	8,0	8,7
3 – Produtos alimentares	19,1	20,5
4 – Bebidas	6,0	5,7
Total	57,7	64,5

FONTE: Estimativas com base no Levantamento Industrial de 1907 e no Censo Industrial de 1920.

NOTA: Embora em termos absolutos os dados referentes à produção industrial em 1907 e 1919 não sejam comparáveis, pois no Levantamento de 1907 foi dada ênfase aos estabelecimentos industriais empregando acima de 5 operários, parece válida a comparação da estrutura do valor líquido da produção, ou mais precisamente, da participação das indústrias predominantes.

TABELA V.6
BRASIL – IMPORTAÇÕES SEGUNDO OS GÊNEROS DE INDÚSTRIA,
1901 - 1929 – EM PERCENTAGENS DO TOTAL

	Médias dos Períodos		
	1901-1910	1911-1920	1920-1929
Indústria Extrativa Mineral	6,2	8,8	5,5
Indústria de Transformação (Principais classes)	83,6	78,7	80,8
1 – Metalúrgica	12,3	13,0	13,8
2 – Mecânica	4,8	4,7	7,4
3 – Material Elétrico	1,0	1,8	3,0
4 – Material de Transporte	2,6	4,0	8,0
5 – Química	5,6	9,0	11,9
6 – Têxtil	15,1	10,9	12,1
7 – Produtos Alimentares	19,4	12,8	8,9
8 – Bebidas	6,0	4,1	2,1
Produtos Não Industrializados(*)	10,2	12,5	13,7
Total	100,0	100,0	100,0

FONTE: Estimativas com base nos dados do SEEF (Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda).

(*) Principalmente trigo em grão.

TABELA V.7
BRASIL – IMPORTAÇÕES SEGUNDO OS TIPOS DE BENS,
1901-1929 – EM PERCENTAGENS DO TOTAL

	Médias dos Períodos		
	1901-1910	1911-1920	1920-1929
Bens de Consumo	35,2	27,0	20,8
Duráveis	5,8	7,0	10,2
Não Duráveis	29,4	19,8	10,6
Combustíveis e Lubrificantes	8,2	12,5	11,5
Matérias-Primas	47,1	50,4	53,7
Bens de Capital	8,8	10,1	14,0
Para a Indústria	2,2	3,1	3,9
Bens Não Classificados	0,7	—	—
Total	100,0	100,0	100,0

FONTE: Estimativas com base nos dados do SEEF (Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda).

Nota-se que a participação média das importações de bens de consumo não duráveis caiu fortemente ao longo do período, aumentando as importações de matérias-primas e as de bens de capital para a indústria. Dentre as classes de indústria que mais sofreram declínio em sua participação nas importações, destacam-se justamente a têxtil, produtos alimentares e bebidas, cuja participação conjunta caiu de uma média de 40,5%, na década 1901-1910, para 23,1%, em 1920-1929. É expressiva a queda na participação das importações de tecidos de algodão no consumo total, ou seja, de 15,4%, em 1911-1913, para 7%, em 1928-1929, conforme mostra a Tabela XVIII, no Apêndice Estatístico. O aumento da participação de produtos não industrializados foi, em grande parte, causado pela substituição de importações de farinha de trigo – por trigo em grão – para ser processado pela indústria moageira.

As mudanças acima apontadas na estrutura das importações sugerem que as indústrias de bens de consumo continuaram ganhando importância na década dos vinte, parecendo, pois, plausível que, no fim da década, elas ainda continuassem sendo as indústrias predominantes, o que, aliás, como se verá mais adiante, é corroborado pelo fato de que só na segunda metade dos anos vinte as indústrias siderúrgicas e de cimento começaram a ter expressão.

Durante a década dos vinte processou-se o deslocamento crescente da localização industrial da área do antigo Distrito Federal (atual Estado da Guanabara) e Estado do Rio de Janeiro para o Estado de São Paulo. Aliás, em 1919, já se observava esta situação, em relação a 1907, conforme mostra a Tabela V.8.

TABELA V.8
BRASIL – LOCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL,
1907-1919

Estados	1907		1919	
	Valor da Produção %	Emprego %	Valor da Produção %	Emprego %
Distrito Federal (atual GB)	30,3	23,4	22,4	20,3
Rio de Janeiro	7,5	8,9	6,1	6,1
São Paulo	15,9	16,0	33,1	30,6
Rio Grande do Sul	13,5	10,1	11,8	9,0
Demais	32,8	41,6	26,6	34,0
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: Centro Industrial do Brasil: O Brasil – Suas Riquezas Naturais, Suas Indústrias, vol. III, 1909, p. 265 (texto) e p. 148 (Mapas Estatísticos) e Recenseamento Geral do Brasil, vol. V, Indústria, Rio de Janeiro, 1927.

O enorme desenvolvimento observado na indústria de geração de energia elétrica, principalmente na área Rio de Janeiro – São Paulo, através do aproveitamento do grande potencial hidráulico da região,¹⁴ o que fez com que a capacidade geradora instalada no País mais do que sextuplicasse entre 1907 e 1919 e mais do que duplicasse entre 1919 e 1929 (período em que se deu o maior aumento absoluto, isto é, 419.000kW) possibilitou grande melhoria na utilização da força motriz. Assim, entre 1907 e 1919,¹⁵ a potência instalada na indústria de

14 Basicamente o desenvolvimento da indústria de energia elétrica em larga escala se deve a duas empresas estrangeiras, que até o início dos anos 50 ainda eram responsáveis por cerca de 2/3 do suprimento de energia elétrica do País: a Brazilian Traction, Light and Power Co., canadense e as Empresas Elétricas Brasileiras, americana.

15 Dados dos Censos de 1907 e 1920.

transformação mais do que triplicou, passando de 109 mil H.P. para 363,3 mil H.P. É de se ressaltar que, em 1907, apenas 4,2% da força motriz utilizada era energia elétrica,¹⁶ enquanto que, em 1919, o uso dessa forma de energia representava 47,2% do total. Isso fez com que a potência instalada por operário empregado passasse de 0,72 H.P., em 1907, para 1,32 H.P., em 1919.

Em termos de ritmo de crescimento, a década dos vinte, para o conjunto das indústrias, foi um período de fraco desempenho, conforme mostram os dados da Tabela V.9.

TABELA V.9
BRASIL – TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA
PRODUÇÃO INDUSTRIAL, 1911-1928

Indústrias	1911-1919 %	1920-1928 %
1 – Têxtil	3,7	1,9
2 – Vestuário e Calçados	5,1	5,3
3 – Bebidas	6,5	5,1
4 – Fumo	6,6	3,6
5 – Minerais Não-Metálicos	...	0,8
6 – Metalúrgica	...	7,2
7 – Química	...	8,8
8 – Perfumaria, Sabão e Velas	...	11,4
9 – Produtos Alimentares	...	5,0
Total	4,6	3,9

FONTE: Tabelas XIII e XIV, Apêndice Estatístico; ... dados básicos inexistentes.

O pequeno crescimento da indústria têxtil foi a principal causa do baixo ritmo de crescimento da produção industrial em 1928 em relação a 1920, de vez que os ramos que cresceram a altas taxas tinham participação pouco expressiva. A Tabela XIV, no Apêndice Estatístico, permite uma observação mais detalhada, por ramo de indústria, do desenvolvimento da produção industrial entre 1920 e 1929. Assim, para a indústria de transformação como um todo, os anos de 1922 e 1923 mostram grande aumento em relação a 1920 e 1921, que foram anos de estagnação industrial. Na verdade, o nível de 1923, o mais alto da década, só foi ultrapassado em 1933, quando a economia começou a se recuperar da

¹⁶ Enquanto nos Estados Unidos a utilização de energia elétrica como força motriz, em percentagem do total, era respectivamente: 1904 (62,2%); 1909 (74,5%) e 1919 (82%), cf. Harry Jerome em *Mechanization in Industry*, (New York: National Bureau of Economic Research, 1934), pp. 215-217.

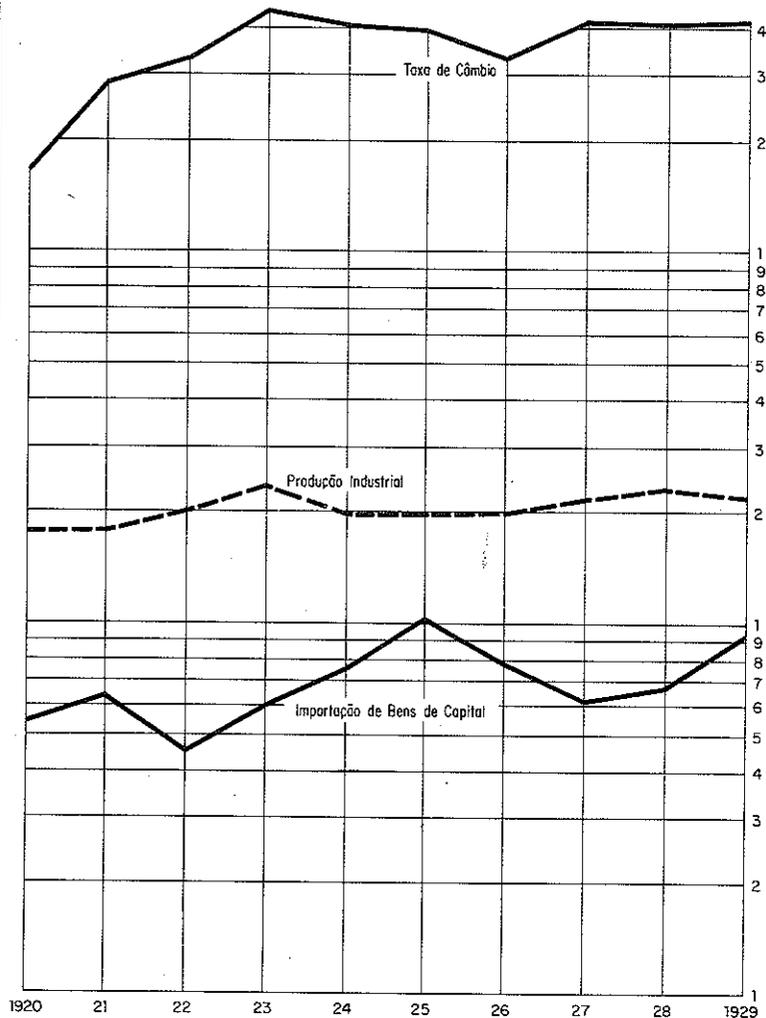
depressão. Os anos 1924-1926 foram de estagnação e, os níveis de produção, 16% mais baixos do que o de 1923. Os anos 1926-1927 foram de recuperação e 1929 marcou já o início da depressão. É elucidativo comparar as oscilações da produção têxtil com a da indústria de transformação como um todo. Sendo ela a mais importante de todas (cerca de 30% do valor líquido da produção em 1919), o índice da produção industrial em seu conjunto segue o índice de produção da indústria têxtil.

As flutuações, assim como o baixo nível de desenvolvimento da produção industrial na década dos vinte, podem ser explicados em grande parte como uma decorrência da situação econômico-financeira geral, conforme foi apresentada anteriormente. Sem dúvida, as modificações na política monetária, cambial e fiscal, se refletiram em oscilações na produção industrial. Os anos 1922-1923, com aumento nos meios de pagamento, grandes *deficits* orçamentários, desvalorização cambial e alta de preços, constituem o único período em que a produção industrial atingiu níveis elevados em toda a década. A estagnação industrial nos anos 1924-1926 coincide com a política de contenção monetária, cambial e fiscal praticada naqueles anos. Novamente, com a expansão dos meios de pagamento em 1927-1928, que haviam caído entre 1924 e 1926, assim como com a desvalorização cambial de 1927 e estabilização subsequente, apesar da política de equilíbrio orçamentário que obteve saldos em 1928 e 1929, a produção industrial se recuperou, embora seu ritmo de crescimento fosse bem inferior ao dos anos 1922 e 1923. O Gráfico 5.1 visualiza essas possíveis inter-relações.

As alterações na política cambial parecem ter exercido efeitos contrários sobre a produção industrial e sobre a formação de capital na indústria (considerando-se como indicador o índice de *quantum* das importações de bens de capital para a indústria). Assim, nos anos 1921-1923, de forte desvalorização cambial, a produção industrial cresceu, chegando ao seu pico em 1923. Isto porque as importações de produtos industriais concorrentes se tornaram mais caras. O mesmo aconteceu com as importações de bens de capital para a indústria, que caíram em 1922, embora tornassem a subir em 1923. No período 1923-1926, de valorização cambial, a produção industrial cai e fica estagnada. Já as importações de bens de capital sobem rapidamente e alcançam seu pico em 1925. A desvalorização cambial de 1927 e subsequente estabilização até 1929 coincide com a recuperação da produção industrial de 1926-1928, observando-se queda nas importações de bens de capital para a indústria em 1926 e 1927, com recuperação em 1928 e 1929. O Gráfico 5.4 ilustra a possível relação entre a taxa de câmbio, a produção industrial e os investimentos industriais.

GRÁFICO 5.4

BRASIL

TAXA DE CÂMBIO, IMPORTAÇÃO DE BENS DE CAPITAL
E PRODUÇÃO INDUSTRIAL, 1920/1929

Fonte: Apêndice Estatístico, tabelas VII, XIV e XVIII

No fim da década dos vinte, a produção brasileira de tecidos de algodão já equivalia a mais de 93% do consumo aparente total, conforme mostra a Tabela XVIII, no Apêndice Estatístico. É de se acentuar que embora se alegasse que no fim dos anos vinte¹⁷ a proteção tarifária não era mais eficaz em virtude da inflação, parece lícito supor que durante a maior parte dos anos 1904-1930, ela foi amplamente suficiente para proteção de tecidos grosseiros, que constituíam a maior parte da produção nacional.¹⁸

A Tabela XVIII, acima citada, mostra que o declínio na produção de tecidos de algodão, que se iniciara em 1922, só foi interrompido em 1931. Curiosamente, durante os anos 1923-1928 foram feitas as maiores importações de teares, máquinas de estampa e acessórios. Níveis comparáveis de importação só foram observados em 1913.¹⁹

Dava-se como causa da crise da indústria do algodão o *dumping* da Inglaterra e a proteção declinante das tarifas vigentes.²⁰ Como no período 1924-1930, o total das importações jamais chegou a 8% do consumo aparente, e como, além do mais, a produção interna era basicamente de tecidos grosseiros, não é possível que o seu declínio tenha sido causado pelas importações, cujo nível absoluto não variou nos anos 1925-1927. Pode-se supor que a facilidade de importação de maquinaria representada pela valorização cambial dos anos 1923-1926 e as antecipações dos empresários, de que haveria um mercado crescente, os levaram a aumentar a capacidade produtiva além das necessidades reais. Ou ainda, que a demanda interna de tecidos de algodão começara a se diversificar, isto é, havia mercado para tecidos de melhor qualidade, mas a capacidade produtiva não se ajustara a essa situação.

Durante a década dos vinte, duas indústrias básicas foram implantadas — a siderúrgica e a de cimento.

No fim da I Guerra Mundial a produção de ferro gusa à base de carvão vegetal passou a ter alguma expressão, pois, em 1918, atingiu cerca de 11,7 mil toneladas. Essa exigia produção provinha de um grande número de pequenas usinas, antieconômicas e isoladas dos mercados. Todavia, satisfazia praticamente à totalidade do consumo aparente, uma vez que as importações haviam quase que cessado. Embora flutuando muito, desde aquela data até 1929, pois a partir de 1920 as importações se normalizaram, em média, durante os anos 1920-1929, a produção nacional supriu 76% das necessidades do País.

17 Nícia Villela Luz, *A Luta pela Industrialização do Brasil*, (São Paulo, 1960), p. 193.

18 *Vide* Apêndice E, "A Proteção à Indústria".

19 SEEF (Serviço de Estatística Econômica e Financeira), Ministério da Fazenda.

20 *Observador Econômico e Financeiro*, (fevereiro de 1937), pp. 25-26.

No tocante à produção de aço em lingotes, ela só foi implantada em 1924,²¹ crescendo rapidamente de um nível de 4,5 mil toneladas naquele ano para 26,8 mil toneladas em 1929, quando já atendeu a 75% da demanda que, em 1924, só foi satisfeita em 38% pela produção nacional.

Já a produção de laminados só se iniciou em 1926, com o modesto nível de 16 mil toneladas, alcançando, em 1929, 29,9 mil toneladas. Em média, nos anos 1926-1929 a produção não atendeu a mais de 5% das necessidades do País.

Utilizava-se unicamente como combustível o carvão vegetal, pois o carvão mineral importado era muito caro e o carvão mineral brasileiro, além de ser de baixa qualidade, tinha suas fontes muito distantes. Sendo pequeno o mercado de aço no País, não era econômico instalar uma coqueria.

Para estimular a criação da indústria siderúrgica no País, o Governo Federal concedeu uma série de incentivos. Assim, em 1910, um decreto garantiu a isenção do imposto de consumo e reduziu os fretes nas ferrovias governamentais para as usinas de ferro e aço.²² Em 1911, o Governo comprometeu-se a fornecer transporte para os insumos e os produtos das empresas de ferro e aço.²³ Como nenhum projeto se concretizou, foi escolhido um grupo cujo projeto parecia mais sólido, sendo-lhe concedido o monopólio total do mercado de ferro e aço,²⁴ com um volume tão exagerado de garantias, prêmios e concessões que, em 1912, o Congresso votou pela abolição desse decreto, ou sua extensão a todos os produtores. Em 1918, nova legislação surgiu, à base de privilégios, como a isenção de impostos federais por 25 anos e fretes preferenciais nas ferrovias governamentais, além da promessa de empréstimos²⁵ até o montante do capital integralizado da empresa, não excedendo, porém, cinco mil contos. Na década de vinte, finalmente, a Usina Queiroz Junior e a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira receberam empréstimos.

Esses empréstimos e outros privilégios contribuíram para criar uma rentabilidade artificial para a produção de aço à base de carvão vegetal. Por outro lado, a redução de fretes trouxe prejuízos às finanças das ferrovias.

21 Embora a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira tenha-se estabelecido formalmente em 1921, só em 1924 é que começou produção digna de registro.

22 Cf. Carlos M. Peláez, "The State, The Great Depression and the Industrialization of Brazil", tese doutoral não publicada, Columbia University 1968, Capítulo IV.

23 *Ibid.*, Capítulo IV.

24 *Ibid.*, Capítulo IV.

25 *Ibid.*, Capítulo IV.

A indústria de cimento também contou com a participação de empresários e capital estrangeiros.²⁶ Em 1924, foi instalada em Perus, no Estado de São Paulo, a Companhia Brasileira de Cimento Portland, com predominância de capital canadense.²⁷ A produção começou em 1926, com uma capacidade de 60 mil toneladas, logo aumentada para 125 mil. Em 1927, já passava de 200 mil toneladas.²⁸

Foram grandes os incentivos governamentais para o desenvolvimento da indústria do cimento. Às empresas que usassem exclusivamente matéria-prima e combustível nacionais, e tivessem uma produção não inferior a 30 mil toneladas, seriam concedidas isenção de direitos alfandegários sobre importações de maquinaria e equipamentos diversos; isenção de imposto de consumo e fretes especiais nas ferrovias e marinha mercante nacionais para o transporte de maquinaria e da matéria-prima.²⁹ Uma cláusula interessante do decreto era que os fretes especiais relativos à maquinaria e à matéria-prima só beneficiavam os produtos nacionais, ou os importados que não fossem produzidos no Brasil. Além disso, pelo menos metade dos empregados da empresa deveriam ser brasileiros e 30% de sua produção deveriam ser vendidos ao Governo.

É digno de nota que não obstante as sucessivas reformas monetárias e reorganizações levadas a cabo no Banco do Brasil, não parece ter havido por parte do Governo a preocupação de fomentar em bases institucionais o crédito industrial, quer através do Banco do Brasil, quer através de bancos de investimento nos moldes europeus do *Crédit Mobilier*,³⁰ que teve papel importante no desenvolvimento econômico da Europa. Havia sido esquecida a experiência de Mauá, que, como mostra Alberto de Faria,³¹ na mesma ocasião em que os irmãos Pereire criavam na França o *Crédit Mobilier* (1852), organizava no Brasil uma casa bancária, "Mauá, McGregor & Cia", uma sociedade do tipo comandita por ações, com o objetivo de suprir capital a médio e longo prazos para empresas industriais, o que fez durante os anos 1854-1873, embora, em 1860, a empresa tenha se

26 Segundo Peláez, *op. cit.* Capítulo VI a primeira fábrica de cimento no Brasil embora tenha sido instalada em 1897, em São Paulo, não teve condições técnicas para prosseguir e várias vezes teve suas atividades suspensas. Sua capacidade anual era de 25 mil toneladas e suas operações cessaram no início dos 20.

27 Peláez, *op. cit.*, Capítulo VI.

28 *Ibid.*, Capítulo VI.

29 *Ibid.*

30 Vide Jules I. Bogen, "Investment Banking", artigo na *Encyclopaedia of the Social Sciences*, Volume Seven, (Thirteenth Printing, 1959), p. 270.

31 Alberto de Faria, "Mauá", Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, 1926, (Rio: Paulo, Pongetti & Cia.) pp. 244-261.

transformado em sociedade comum em virtude de imposição legal. Talvez os abusos dos irmãos Pereire³² e os insucessos de Mauá tivessem influenciado negativamente a imaginação dos administradores públicos, que ignoraram ou esqueceram que o modelo do *Crédit Mobilier*, devidamente adaptado, teve grande influência na estruturação dos bancos de investimento na Europa Ocidental.³³ Só em 1937 seria criada, no Banco do Brasil, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, para financiar a compra de equipamento e maquinaria, a médio e longo prazos.

32 *Vide* M. Aycard, *Histoire du Crédit Mobilier, 1852-1867* (Paris: Librairie Internationale, 1867), especialmente pp. 549-560.

33 Jules I. Bogen, *op. cit.* p. 270.